



OBSERVATÓRIO  
BRASIL E O SUL

Boletim Brasil e o Sul

Janeiro / 2015  
2ª edição

## Nesta edição

*Agenda de desenvolvimento pós-2015*

Página 1

*A Participação Social nos fóruns de integração regional da América do Sul*

Página 5

*Aconteceu no Brasil e no mundo*

Página 9

*Publicações recentes*

Página 11

*Entrevista com Mario Mottin (MRE)*

Página 12

*Entrevista com Alessandra Nilo (Gestos, ABONG)*

Página 13

O Observatório Brasil e o Sul busca promover transparência e debate crítico e amplo sobre a atuação brasileira no Sul Global, evidenciando práticas que contribuam para sociedades mais justas e problematizando atuações que coloquem em risco os direitos humanos, políticos e sociais; através da disponibilização e produção de informações e análises.

[obs.org.br](http://obs.org.br) | [contato@obs.org.br](mailto:contato@obs.org.br)

## Coordenação



<http://www.articulacaosul.org>

## Apoio



OXFAM

Uma publicação do Observatório Brasil e o Sul que busca difundir informação e conhecimento sobre a atuação brasileira no Sul Global.



Cooperação Internacional para o Desenvolvimento

## Agenda de desenvolvimento pós-2015

Depois de 15 anos da realização da Cúpula do Milênio (2000), em que os países definiram, no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), discute-se a agenda de desenvolvimento pós-2015 que deverá culminar nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Uma vez acordados, serão esses os objetivos que definirão as prioridades futuras do desenvolvimento internacional, incluindo as políticas e investimentos dos países em desenvolvimento, especialmente dos países de baixa renda que dependem da cooperação internacional e dos financiamentos geridos pelas Instituições Financeiras Internacionais. Além disso, a definição dos ODS significa também um marco de possibilidades que legitima determinados modelos de desenvolvimento no âmbito internacional.

## Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2000-2015)

Na Declaração do Milênio das Nações Unidas (2000), foram elencados como valores fundamentais para as relações internacionais do século XXI: liberdade, igualdade, solidariedade, tolerância, respeito pela natureza e responsabilidade comum pela gestão do desenvolvimento econômico e social do mundo. Os ODM foram uma forma de traduzir esses valores em ações. Expressos em indicadores quantitativos a partir de um ano base, o ano de 2000, e com metas anuais, os ODM tinham a missão de instrumentalizar o progresso que a comunidade internacional queria ver concretizado até o ano de 2015.

Os ODM foram de grande relevância para legitimar internacionalmente a importância do combate à pobreza, em um período marcado pelo evidente fracasso da ofensiva de liberalização dos mercados que caracterizou a década de 90. Além disso, registraram-se avanços importantes relacionados aos seus oito objetivos. Contudo, há muitas críticas consolidadas a respeito dos ODM cuja formulação foi protagonizada sobretudo por especialistas no âmbito da ONU. Entre elas: a simplificação e quantificação das abordagens ao desenvolvimento das nações, resumidas em oito metas generalistas; a universalização de soluções que não dialogam com a diversidade cultural; a falta de perspectiva de gênero; a ausência de análise sobre desigualdade como causa da pobreza; sua desvinculação de outros compromissos firmados em âmbitos multilaterais ou regionais; e a utilização de uma matriz de desenvolvimento ainda muito utilitarista para as relações entre homem e natureza, sociedade e mercado. Esses são alguns dos pontos em torno dos quais pairam alguns ceticismos quanto à possibilidade de inovação dos novos objetivos.

## Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (2015-2030)

Com o intuito de subsidiar essa concertação global em torno dos ODS, um Grupo de Trabalho Aberto, integrado por Estados-membro da ONU<sup>1</sup>, trabalhou entre março de 2013 e julho de 2014 para produzir relatório que deverá habilitar as negociações intergovernamentais ao longo de 2015 e, finalmente, tornar-se um acordo durante a LXX Sessão da Assembleia Geral, em setembro de 2015<sup>2</sup>.

O resultado desse trabalho se reflete em 17 objetivos inspirados pelo tripé desenvolvimento econômico-social-ambiental, proposto pela Rio+20. Os objetivos são detalhados em 169 metas orientadoras, têm caráter global e devem ser aplicáveis universalmente. Vislumbra-se que, aliando as metas globais às metas específicas dos países, decididas nacionalmente, chegue-se a um resultado apropriado às distintas realidades, capacidades e níveis de desenvolvimento dos países. As metas e objetivos são eminentemente finalísticos e deixam em aberto discussões relacionadas aos meios de implementação e aos indicadores de monitoramento.

No relatório síntese recém-lançado pelo Secretário-Geral, intitulado *“O caminho para a dignidade até 2030: acabando com a pobreza, transformando todas as vidas e protegendo o planeta”*, enumera-se algumas ambições comuns para o futuro.<sup>3</sup> Dentre elas, destacam-se:

- Uma **agenda universal** significa que todos os países têm necessidade de mudança, mas cada um deve ter sua própria abordagem;
- A **continuidade dos ODM** deve ser complementada com abordagens sustentáveis;
- O **foco nas pessoas e no planeta** deve orientar as estratégias;
- A **transformação das economias** deve sustentar a adoção de padrões de crescimento inclusivos, sustentados e sustentáveis, com a reforma dos mecanismos institucionais de comércio global;
- As **dimensões econômica, social e ambiental** devem integrar-se aos marcos legais dos governos e à reforma da governança global;
- Nenhuma meta deve ser considerada como cumprida a menos que seja **cumprida para todos os grupos sociais e econômicos**;
- A **revisão participativa e o monitoramento rigoroso**, deve amparar a implementação das metas **a partir da “revolução de dados”**.

### Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável propostos

1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;
2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição, e promover a agricultura sustentável;
3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;
4. Garantir educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;
5. Alcançar igualdade de gênero e a autonomia para mulheres e meninas em todos os lugares;
6. Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos;
7. Garantir acesso a serviços de energia modernos, confiáveis, sustentáveis e a preços acessíveis para todos;
8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho digno para todos;
9. Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação;
10. Reduzir a desigualdade entre os países e dentro deles;
11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;
12. Promover padrões de consumo e produção sustentáveis;
13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos;
14. Conservar e promover o uso sustentável dos oceanos, mares e recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;
15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, bem como deter e reverter a degradação do solo e a perda da biodiversidade;
16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis;
17. Fortalecer os mecanismos de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

1 O grupo, inicialmente composto por apenas 30 países, foi criticado por sua falta de representatividade. Como resposta, instituiu-se metodologia baseada na representação de grupo de países. Vide método de trabalho e composição do grupo em [http://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/1692OWG\\_methods\\_work\\_adopted\\_1403.pdf](http://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/1692OWG_methods_work_adopted_1403.pdf) Acesso em dezembro de 2014.

2 O relatório está disponível em: <http://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/1579SDGs%20Proposal.pdf> Acesso em dezembro de 2014.

3 O Relatório pode ser acessado na íntegra, no idioma inglês em: [http://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/5527SR\\_advance%20unedited\\_final.pdf](http://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/5527SR_advance%20unedited_final.pdf) Acesso em dezembro de 2014.

## Parcerias para o desenvolvimento

Outra característica da agenda pós-2015 é a busca por alianças entre os governos, sociedade civil e o setor privado, assim como entre os níveis internacional e local. Durante a elaboração dos objetivos, pretendeu-se ouvir e incluir interesses de comunidades locais e grupos específicos da população. A *Campanha Meu Mundo* lançada pela ONU, como uma plataforma virtual, teve o intuito de aproximar esses grupos à formulação dos ODS; além disso, foram realizados 11 diálogos temáticos e 88 consultas nacionais em distintos países, dentre eles o Brasil, o que resultou na elaboração do Relatório *Um Milhão de Vozes: Um Mundo que Queremos*<sup>4</sup>. Neste, a região da América Latina e Caribe apontou como temas prioritários: educação de qualidade; governo honesto e atuante; melhoria dos serviços de saúde; proteção contra crime e violência e acesso à água potável e ao saneamento.

O setor privado, reunido na iniciativa Pacto Global das Nações Unidas<sup>5</sup>, também tem debatido o assunto e elaborou plano de ação com diversas iniciativas que buscam subsidiar a agenda pós-2015 com elementos sobre o papel e a contribuição desse setor. Destacam-se, entre as iniciativas, as consultas com as redes locais do Pacto e suas correspondentes publicações. A plataforma “Arquitetos de um Mundo Melhor - Construção da Arquitetura do Engajamento Empresarial pós-2015”, soma-se ao estudo *Corporate Sustainability and the United Nations Post-2015 Development Agenda* e ao documento de posições intitulado *The Role of Business and Finance in Supporting the Post-2015 Agenda*.<sup>6</sup>

## Desafios da agenda pós-2015

Muitos são os desafios diante da tarefa de definir metas globais de desenvolvimento, que orientarão os investimentos e financiamentos internacionais que operacionalizarão a implementação das metas dos países. Destacamos três desafios, que versam sobre conteúdos, meios de implementação e monitoramento que estarão em pauta ainda em 2015.

### Desafios substantivos com relação às metas

Apesar do processo da agenda pós-2015 apresentar algumas respostas às críticas provenientes dos ODM, a proposta dos

ODS ainda se configura como uma agenda de desenvolvimento mínima com desafios e contradições substantivos. A abertura à participação da sociedade civil, ainda que com desigualdade de recursos, informações e capacidade de influência, e a adoção da perspectiva de gênero são alguns dos avanços já apresentados. Destaca-se o fato de os ODS serem menos ambiciosos que outras resoluções setoriais do próprio sistema ONU ou de algumas constituições nacionais. Além disso, a ausência de metas relacionadas à população LGBT; os avanços tímidos na questão de direitos sexuais e reprodutivos; o não reconhecimento do papel dos povos indígenas, pescadores e mulheres rurais para o equilíbrio climático e a pouca concreção de estratégias que garantam a coerência necessária entre cooperação, comércio, financiamento e investimento são desafios que se apresentam.

### Dados e monitoramento

Sem o amparo de dados disponíveis para monitorar o progresso das iniciativas e tornar os governos transparentes não há como impulsionar o desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, a abrangência, a qualidade e a quantidade de indicadores que serão utilizados para cada meta dos ODS também se configuram como desafios e estão sendo tratados pelo Grupo de Especialistas Independentes sobre a Revolução dos Dados para o Desenvolvimento Sustentável. Chama-se a atenção para a importância de compartilhar os avanços relacionados a dados e o monitoramento de governos com povos e organizações que não contam com recursos, conhecimentos, oportunidades ou capacidades no âmbito.<sup>7</sup> Ainda, espera-se que o Grupo seja capaz de articular propostas que contemplem informações sobre grupos mais vulneráveis.

### Financiamento

Em um contexto ainda marcado pela crise financeira que afetou as economias desenvolvidas, o debate sobre as fontes de financiamento ao desenvolvimento é ainda um tema com pouco consenso. Frente à baixa capacidade de financiamento público e ao não cumprimento da meta de destinação de 0,7% do Produto Interno Bruto dos países desenvolvidos para a cooperação internacional (presente no ODM 8), vislumbra-se uma mudança de paradigma sobre o desenvolvimento internacional com base no aprofundamento do papel do setor privado. Assim, são cada

4 Disponível em: <http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=3764> Acesso em dezembro de 2014

5 Lançado em 2000, o Pacto Global das Nações Unidas reúne cerca de 8 mil signatários corporativos em 145 países com o objetivo de alinhar as operações de negócios aos dez princípios universalmente aceitos nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. O Brasil é a 4ª maior rede local, com 600 signatários - entre empresas e outras organizações. Desde 2011, o PNUD Brasil exerce a função de Secretariado Executivo, responsável pela coordenação e promoção do Pacto Global no país. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=3865> Acesso em dezembro de 2014.

6 Os documentos estão disponíveis, respectivamente, em [https://www.unglobalcompact.org/docs/news\\_events/9.1\\_news\\_archives/2013\\_06\\_18/UNGC\\_Post2015\\_Report.pdf](https://www.unglobalcompact.org/docs/news_events/9.1_news_archives/2013_06_18/UNGC_Post2015_Report.pdf) e [https://www.unglobalcompact.org/docs/news\\_events/9.6/Post2015\\_WhitePaper\\_2July14.pdf](https://www.unglobalcompact.org/docs/news_events/9.6/Post2015_WhitePaper_2July14.pdf). Acesso em dezembro de 2014.

7 O recente relatório *A World that Counts: Mobilizing a Data Revolution for Sustainable Development* traz como recomendações: desenvolver um consenso global para adotar princípios sobre padrões legais, técnicos, de privacidade, geo-espacial e estatístico dos dados; compartilhar tecnologia e inovações para um bem comum; dedicar recursos financeiros para o desenvolvimento de capacidade dos países de baixa renda e; investir na criação de um Laboratório de Dados dos ODS para apoiar as primeiras propostas de indicadores, desenvolver análises e visualizar dados. Relatório encontra-se disponível em: <http://www.undatarevolution.org/report/> Acesso em dezembro de 2014.

vez mais presentes os discursos sobre as potencialidades das parcerias público-privadas, a governança multiatores e a ênfase no papel do setor privado no tocante ao financiamento para o desenvolvimento. Entretanto, não se questiona as contradições relacionadas às causas da desigualdade social, a financeirização de bens comuns, do meio ambiente e a captura das instâncias de representação política pelo setor econômico. Isso gera implicações para a representatividade e a governança da própria ONU, pois as propostas não apresentam mecanismos de monitoramento e prestação de contas.<sup>8</sup> Nesse sentido, espera-se que o Comitê Intergovernamental de Peritos para o Financiamento para o Desenvolvimento Sustentável apresente opções de financiamento para a implementação dos ODS, através do levantamento das necessidades dos países e análise da efetividade, consistência e sinergia dos distintos instrumentos de financiamento.<sup>9</sup>

## A agenda pós-2015 no Brasil

O governo Executivo Federal criou o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) sobre a Agenda para o Desenvolvimento pós-2015<sup>10</sup> para articular os elementos orientadores da posição brasileira com vistas às negociações e promover a interlocução entre os órgãos e entidades federais, estaduais, municipais e a sociedade civil.<sup>11</sup>

Em setembro, o GTI disponibilizou ao público o documento orientador da posição brasileira. Este traz 14 princípios orientadores dentre os quais: o equilíbrio entre as dimensões econômica, social e ambiental; o equilíbrio entre universalidade e diferenciação; padrões sustentáveis de consumo e de produção; desagregação das informações para o monitoramento; capilaridade da implementação dos ODS; participação social; erradicação da pobreza; inclusão, equidade e enfoque de direitos.

Além disso, alguns outros posicionamentos brasileiros somam-se a este cenário da agenda pós-2015, como a defesa do princípio “responsabilidades comuns porém diferenciadas” e a ênfase no

combate à desigualdades para além de erradicação a pobreza, culminando na inclusão do objetivo 10 (posição firmada junto ao G77 e China). Por outro lado, o Brasil apresenta posição crítica frente ao objetivo 16 que inclui metas para redução dos homicídios e do tráfico de armas, para garantia de acesso à justiça e liberdade de expressão e ampliação da transparência governamental. O Brasil entende que tais metas apresentam o risco de dispersar os esforços globais e tornar complexa a agenda, por conta das polêmicas em torno dos conflitos internacionais e da intervenção internacional do Conselho de Segurança, por exemplo. Ainda, o Brasil defende o financiamento público e o papel do Estado como indutor de estratégias de desenvolvimento.<sup>12</sup>

## O engajamento da Sociedade Civil Brasileira

A sociedade civil organizada, por sua vez, tem se articulado para debater temas relacionados aos ODS e informar o debate público nacional, criando canais de diálogo e participação e realizando levantamentos de posições que habilitem uma articulação com o governo mais propositiva e representativa dos múltiplos grupos de interesses. Com relação ao diálogo entre governo e organizações e movimentos mobilizados, avalia-se que houve dificuldades em estabelecer um canal formal de intercâmbio, já que as consultas foram pontuais e, em geral, não proporcionaram as condições necessárias para uma participação qualificada (informação prévia, retorno sobre as contribuições realizadas e continuidade do diálogo).<sup>13</sup>

Entre as posições da sociedade civil, destacam-se a proposta de taxação das transações financeiras internacionais; a necessidade de vincular juridicamente o compromisso com o impacto ambiental, social e de governança para minimizar os riscos relativos ao financiamento privado de serviços públicos; a importância de não considerar nenhuma meta atingida ao menos que seja verificada em todos grupos sociais e a defesa do objetivo 16 com base no pressuposto de que a segurança e o acesso à justiça estão intimamente conectadas ao desenvolvimento sustentável.<sup>14</sup>

8 Melissa Pomeroy e Bianca Suyama analisam projetos em disputa e contradições na agenda pós-2015 em:

<http://www.cartacapital.com.br/blogs/blog-do-grii/a-agenda-pos-2015-nocoos-de-desenvolvimento-em-disputa-4328.html>

9 Após 5 sessões de trabalho, o Grupo expediu o relatório anual, no qual propõe princípios para o financiamento para o desenvolvimento sustentável: garantir a soberania e liderança dos países na implementação; maximizar o impacto das finanças públicas internacionais, buscando que os instrumentos disponíveis e respectivas condicionalidades sejam adotados apropriadamente; adotar critérios de desenvolvimento sustentável no orçamento público e nas decisões sobre investimentos privados; e garantir transparência e prestação de contas nos níveis nacional, regional e internacional, incluindo melhor controle dos fluxos financeiros privados. Relatório disponível em: <http://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/4588FINAL%20REPORT%20ICESDF.pdf> Acesso em dezembro de 2014.

10 O Grupo foi criado por meio da Portaria n. 116 de fevereiro de 2014 e lançado em 31 de março de 2014.

11 Com a sociedade civil essa discussão foi feita a partir de: “Diálogos Sociais: Desenvolvimento Sustentável na Agenda pós-2015” e “Arena da Participação Social”, realizados respectivamente em: Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2014 e Brasília, 23 de maio de 2014.

12 Segundo representante do MRE, durante evento realizado em setembro de 2014, pela ABONG, intitulado “Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: o que está em jogo nestas negociações? Análises e estratégias da sociedade civil. Relato disponível em [http://obs.org.br/sociedadecivil\\_ods](http://obs.org.br/sociedadecivil_ods). Acesso em dezembro de 2014.

13 O relatório da Associação Brasileira de Organizações Não-governamentais (ABONG) intitulado “A Agenda pós-2015 – sociedade civil e o futuro que queremos pautar na ONU” evidencia a mobilização da sociedade civil, que acontece desde 2012 com a Conferência Rio + 20 sobre Desenvolvimento Sustentável. Está disponível em: <http://www.abong.org.br/final/download/doconfseminarioODS.pdf> Acesso em dezembro de 2014.

14 A ABONG disponibilizou registro das propostas da sociedade civil ao GTI em <http://www.abong.org.br/final/download/documentocomparativoseminarioODS.pdf>

## Próximas etapas do processo

Os avanços até aqui alcançados representam certo nível de consenso e aderência entre os países membros da ONU. Assim, é provável que a continuidade do processo não comporte mudanças substantivas nos objetivos propostos. De uma forma geral, o campo de disputa central, até setembro de 2015, será a definição dos indicadores, financiamento e meios de implementação dos objetivos definidos.

O estabelecimento de prazos, dos recursos necessários, dos meios de implementação e das responsabilidades dos diversos atores estão como grandes desafios para os debates e fóruns de discussão ao longo de 2015. Vale destacar que, muitas vezes para alcançar metas dessa natureza, são necessárias, ademais de vontade política, reformas substantivas em determinados setores de âmbito doméstico. Nesse sentido, apesar das metas serem universais, sua concretização passa, necessariamente, por um conhecimento acurado das especificidades setoriais existentes em cada país.

A definição dos indicadores, por sua vez, longe de ser um debate técnico, é permeado por importantes questões políticas. Deve resultar em maior concreção e foco de cada um dos ODS, assim como na definição sobre como será feito o monitoramento e a prestação de conta dos países, tanto domesticamente como internacionalmente.

A questão do financiamento deverá avançar durante a Terceira Conferência Internacional sobre o Financiamento para o Desenvolvimento, que ocorrerá entre 13 a 16 de julho de 2015 em Adis Abeba na Etiópia. A conferência reunirá chefes de Estado e de Governo e seus ministros, bem como organizações não-governamentais e entidades do setor empresarial para definirem um acordo intergovernamental sobre o financiamento da agenda de desenvolvimento pós-2015.<sup>15</sup> Em setembro, na LXX sessão da Assembleia Geral, serão ratificados os ODS.

**Saiba mais em [obs.org.br/pos2015](http://obs.org.br/pos2015)**



Integração e Alianças Políticas

## A Participação Social nos fóruns de integração regional da América do Sul

Nas últimas duas décadas, a participação social tem se revestido de grande importância nas sociedades sul-americanas, consolidando na região um contexto participativo diversificado. Ao mesmo tempo, esse contexto tem como característica comum a busca por incidir em modelos de desenvolvimento com maior capacidade de gerar inclusão e equidade, em sociedades notadamente marcadas pelas desigualdades sociais.

No âmbito regional, a participação social ganha espaço com o fortalecimento da agenda social e com a criação de novos espaços institucionais de discussão e implementação de políticas concertadas que extrapolam a dimensão econômica e produtiva.<sup>1</sup>

A abertura dos mecanismos de integração à participação da sociedade configura-se como um avanço importante na construção da integração sul-americana. Assim como acontece nas instâncias de participação domésticas, esse processo de aprofundamento democrático é permeado por desafios substanciais no que diz respeito à qualidade da deliberação e aos impactos desta na formulação de políticas. Assim, é interessante analisar os principais mecanismos estabelecidos nos âmbitos do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL). O MERCOSUL, inicialmente centrado na criação de uma zona de mercado livre, ampliou seu escopo para tratar também de temáticas sociais e, hoje, acumula 20 anos de participação institucionalizada. A UNASUL, por sua vez, nasce com intuito de promover uma integração que perpassa questões sociais, culturais, econômicas, políticas e traz a participação da sociedade civil desde seu tratado constitutivo (2008), mas que apenas recentemente deu início à implementação dos mecanismos de participação.<sup>2</sup>

<sup>15</sup> Veja site da conferência <http://www.un.org/esa/ffd/overview/third-conference-ffd.html>. Acesso em Dezembro 2014

<sup>1</sup> Veja análise "A constituição de uma esfera pública regional no MERCOSUL" disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=comcontent&view=article&id=2612:catid=28&Itemid=23>. Acesso em dezembro de 2014.

<sup>2</sup> Análise semelhante, de José Renato Vieira Martins e Carolina Albuquerque Silva, foi recentemente publicada pela revista Carta Maior, disponível em <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Participacao-social-nos-processos-de-integracao-regional/4/31888>. Acesso em Dezembro de 2014.

## MERCOSUL: Multiplicidade de instâncias de participação

O MERCOSUL foi criado em 1991, por meio do Tratado de Assunção, como uma zona de livre circulação de bens, serviços e insumos de produção, com tarifa externa comum, coordenação de políticas macroeconômicas e o compromisso de harmonização de legislação para fortalecimento da integração. Inicialmente formado por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, hoje Venezuela também integra o bloco. Ainda, Bolívia (em processo de adesão), Chile, Peru, Equador, Colômbia, Guiana e Suriname são Estados associados ao MERCOSUL.

Ademais da integração econômica e política entre Estados, o diálogo e a aproximação entre as sociedades desses países e o bloco estão em evidência. Nesse sentido, identificam-se como espaços principais de diálogo: o Foro Consultivo Econômico e Social (FCES), o Parlamento do MERCOSUL, os grupos temáticos e grupos ad hoc, as reuniões especializadas e as Cúpulas Sociais.

### Foro Consultivo Econômico e Social do MERCOSUL

O Foro Consultivo Econômico e Social do MERCOSUL, instituído em 1996 pelo Protocolo Adicional de Ouro Preto, é órgão consultivo com representação dos setores econômico e social dos Estados partes do MERCOSUL. Ele tem a função de analisar e avaliar o impacto econômico e social derivado das políticas destinadas ao processo de integração, assim como emitir recomendações ao Grupo Mercado Comum (GMC), que é o órgão decisório executivo integrado por representantes dos Ministérios de Relações Exteriores e de Economia, e dos Bancos Centrais dos Estados Parte. É composto por Seções Nacionais de cada país, compostas por organizações de três setores (sindicatos, empregadores, terceiro setor). Suas sessões plenárias ocorrem a partir de consultas de outros órgãos do bloco e por iniciativa de seus membros. Análises demonstram que há um déficit de prestação de contas por parte desse Foro, já que quase metade dos documentos circulados são tidos como reservados. Além disso, há pouco financiamento para apoiar a participação de representantes da sociedade civil, o que resulta em um espaço ocupado por setores que contam com recursos próprios, gerando assim assimetrias de representatividade.<sup>3</sup>

### “Somos MERCOSUL”

O programa “Somos MERCOSUL”, inicialmente uma declaração de intenções da presidência pro tempore do Uruguai em 2005, com Tabaré Vázquez, buscou fortalecer as dimensões social, política e cultural do bloco, enfatizando o papel do Parlamento do Sul na articulação da sociedade civil com o sistema político e buscando apoio estratégico nos governos locais (rede Mercocidades). O programa amparou discussões sobre emprego, educação cultura, saúde e contribuiu com o esboço de diagnósticos e demandas no âmbito da integração regional.<sup>4</sup> A ampliação da agenda e integração dos atores proporcionado pelo programa “Somos MERCOSUL” facilitou a criação das Cúpulas Sociais, um ano depois.

### As Cúpulas Sociais

Desde 2006, foram realizados, semestralmente, 17 encontros, que resultaram em documentos políticos com propostas da sociedade civil para subsidiar a Reunião de Cúpula do MERCOSUL. Os encontros são organizados pela presidência pro tempore do bloco e reúnem representantes de governos, parlamentos, centrais sindicais, além de amplo espectro de organizações e movimentos sociais ligados às temáticas sociais específicas.

Apesar de um grande avanço deste mecanismo como instância de diálogo entre sociedade civil e entre estas e os governos, análises indicam que as Cúpulas correm o risco de não terem vinculação com o processo decisório do MERCOSUL. Por outro lado, vale destacar que em 2011 foi aprovado o Plano Estratégico de Ação Social do MERCOSUL, que incorpora algumas recomendações realizadas no âmbito das cúpulas sociais.

### XVII Cúpula Social

Na Argentina, durante os dias 11 e 12 de dezembro de 2014, as organizações de todos os países-membros concordaram em: dar seguimento à eleição direta dos representantes do Parlamento do Sul, instar os Estados da região a garantir a livre circulação de pessoas, garantir direitos aos migrantes, assim como promover “o direito de não migrar”, combater o tráfico de pessoas e o trabalho escravo e avançar com relação à inclusão social em todos os países.<sup>5</sup>

3 Mariana Vázquez se dedicou a analisar os déficits do modelo institucional de participação em: <http://www.flacoandees.edu.ec/sites/default/files/agora/files/1215191993.losesenariosdeparticipacionpormarianavazquez3.pdf> Acesso em dezembro de 2014.

4 Mais informações sobre o que foi o Programa podem ser encontradas na publicação “Somos MERCOSUR y las Cumbres Sociales: balances y perspectivas”, disponível em: <http://cefir.org.uy/wp-content/uploads/downloads/2012/02/Revistilla-Cumbres-Sociales-ÚLTIMA-VERSIÓN.pdf> Acesso em dezembro de 2014.

5 Informações mais detalhadas sobre as declarações expedidas podem ser encontradas no sítio <http://ismercosur.org/cumbres-sociales-2/>, acrescida da Declaração de Caracas (julho de 2014) <http://www.mercosur.int/innovaportal/file/5817/1/declaracionfinaldela16cumbresocialdelmercotur.pdf> e Declaração de Paraná (dezembro de 2014) <http://www.cta.org.ar/declaracion-de-la-xvii-cumbre.html> Acessos em dezembro de 2014.

## O Parlamento do MERCOSUL

O Parlamento do MERCOSUL foi criado em 2007 com o mandato de apoiar tramitação mais eficaz nos Congressos Nacionais das normas propostas no MERCOSUL que necessitem aprovação legislativa nacional; organizar reuniões e audiências públicas com sociedade civil e setores produtivos, assim como exercer sua função de controle ao solicitar informações ao Conselho do Mercado Comum (CMC), que é o órgão supremo de condução política do processo de integração formado pelos Ministros de Economia e Relações Exteriores dos Estados Parte. A participação da sociedade civil também pode ocorrer via comissões permanentes ou diretamente, através do acompanhamento dos trabalhos das comissões e reuniões plenárias.<sup>6</sup>

### Reuniões Especializadas e Comissões Temáticas

As instâncias ligadas ao GMC preveem diversos espaços de participação social tais como os Subgrupos de trabalho (SGTs), as reuniões especializadas e os grupos de discussão ad hoc, que estão ligados à temáticas específicas. Cada uma dessas instâncias estabeleceu suas próprias regras de funcionamento e composição.

Atualmente, existem 17 subgrupos de trabalhos, 11 grupos ad hoc e 13 reuniões especializadas, como a Reunião Especializada da Mulher (REM); sobre Agricultura Familiar (REAF); de Cooperativas do MERCOSUL (RECM) e da Juventude (REJ)<sup>7</sup>. Recentemente, duas novas reuniões especializadas foram anunciadas. A presidência pro tempore da Venezuela, no segundo semestre de 2014 anunciou a criação da Reunião de Autoridades sobre Povos Indígenas no MERCOSUL (RAPIM)<sup>8</sup> e a presidência pro tempore brasileira anunciou a criação, no primeiro semestre de 2015, da Reunião Especializada dos Direitos dos Afrodescendentes.<sup>9</sup>

Ainda, no bojo do CMC, o Grupo de Alto Nível para a Estratégia MERCOSUL de Crescimento do Emprego e a Reunião de Altas Autoridades de Direitos Humanos do MERCOSUL (RADDHH) também contam com participação da sociedade civil.<sup>10</sup>

## Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar

A REAF foi criada em 2004 e se reúne semestralmente para debater e formular recomendações. Seus objetivos versam sobre o fortalecimento de políticas públicas para a agricultura familiar e a promoção e facilitação da comercialização de sua produção. Destaca-se a criação do Fundo da Agricultura Familiar, financiada pelos governos nacionais, com o objetivo de garantir a sustentabilidade da REAF e financiar projetos de sua agenda. Ainda, projetos de cooperação técnica regionais, bilaterais e junto a organismos multilaterais são articulados a partir da REAF.

### Unidade de apoio à Participação Social

A Unidade de Apoio à Participação Social (UPS)<sup>11</sup> foi criada como órgão do CMC, com sede em Montevideu, Uruguai. A unidade conta com recursos financeiros próprios e tem como objetivos apoiar a participação de representantes da sociedade civil nas reuniões oficiais do Bloco, organizar as cúpulas sociais e registrar e convidar as entidades sociais envolvidas com o tema.

No último mês de novembro, aconteceu a I Oficina de Participação Social, organizada pela UPS. A regulamentação do “Fundo de Participação Social” e a metodologia e procedimentos a serem adotados para convocar a sociedade são algumas das questões a serem definidas. Nessa ocasião, a delegação brasileira sugeriu que a UPS trabalhe por “espaços consolidados em nível nacional” para fortalecer a participação social nos países, promovendo discussões prévias e selecionando pontos de consenso domesticamente para que seja possível consolidar, de forma próativa, posições em âmbito regional.<sup>12</sup>

6 Atualmente, os parlamentares são indicados pelos Congressos Nacionais, porém prevê-se a eleição por sufrágio direto, universal e secreto dos cidadãos dos países-membros para mandatos de 4 anos. Foi adiada até o fim de 2020 a realização das eleições, decisão que deverá ser submetida ao Conselho do MERCOSUL. No Brasil, o projeto que regulamenta essas eleições ainda não foi votado pois a proposta antecipa dois pontos da reforma política: o financiamento da campanha com recursos públicos e a eleição em lista fechada de candidatos. Informação disponível no sítio da Câmara dos Deputados <http://www2.camara.leg.br/camara/noticias/noticias/RELACOES-EXTERIORES/458455-PARLASUL-ADIA-ELEICOES-DIRETAS-DE-PARLAMENTARES-DO-MERCOSUL-PARA-2020.html> Acesso em dezembro de 2014.

7 O organograma completo do MERCOSUL encontra-se disponível em: <http://www.mercosur.int/innovaportal/file/492/1/estructura.noviembrees.pdf> Acesso em dezembro de 2014.

8 Criado pelo Decreto MERCOSUL n. 14/14 e a I Reunião foi realizada nos dias 5 e 6 de novembro em Buenos Aires, Argentina. Para mais informações, ver relato da FUNAI em <http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/3109-brasil-participa-de-encontro-sobre-povos-indigenas-no-MERCOSUL> Acesso em dezembro de 2014.

9 O anúncio está disponível em <http://blog.planalto.gov.br/assunto/reuniao-especializada-sobre-direitos-dos-afrodescendentes/> Acesso em dezembro de 2014.

10 Conforme levantamento realizado por Cecília Alemany e Beatriz Leandro disponível em <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/uruguay/04479.pdf>. Acesso em dezembro de 2014.

11 Os documentos normativos e plano de trabalho da UPS estão disponíveis em: <http://www.mercosur.int/show?contentid=5819&channel=secretaria> Acesso em dezembro de 2014.

12 De acordo com relato das instituições que participaram da reunião do MSP ocorrida em 10 de dezembro de 2014.

## O Programa MERCOSUL Social e Participativo

O MERCOSUL Social e Participativo (MSP) é um programa que visa fomentar a participação em âmbito doméstico brasileiro e tem por objetivo promover a interlocução entre o Governo Federal e as organizações da sociedade civil sobre as políticas públicas do MERCOSUL.<sup>13</sup> O MSP tem como atribuições centrais a divulgação de informações relacionadas ao processo de integração, o fomento de discussões no campo político, social, cultural, econômico, financeiro e comercial que envolvam aspectos relacionados ao MERCOSUL e o encaminhamento de propostas e sugestões ao CMC e ao GMC. Atualmente, tem sido discutida a Minuta de Portaria que regulamenta o Programa. Disponível no portal do governo ParticipaBR<sup>14</sup>, a portaria prevê a composição, organização e funcionamento do MERCOSUL Social e Participativo.

## UNASUL e a construção de novos espaços de participação social

A UNASUL foi criada em 2008 e congrega os doze países da América do Sul: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai, Venezuela. Seu objetivo central é construir um espaço de articulação no “âmbito cultural, social, econômico e político entre seus povos com vistas a criar paz e a segurança, eliminar a desigualdade socioeconômica, alcançar a inclusão social e a participação cidadã, fortalecer a democracia e reduzir as assimetrias no marco do fortalecimento da soberania e independência dos países”<sup>15</sup>.

Apesar de recente, a UNASUL apresenta avanços em algumas áreas como, por exemplo, na saúde com o Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde (ISAGS), o Conselho de Defesa visando a construção de uma zona de paz, a observação eleitoral e a integração em infraestrutura.

Em 2013, na reunião de Cúpula de Paramaribo, Suriname, os chefes de Estado e de governo aprovaram diretrizes relacionadas à participação social. Dentre elas, prevê-se:

- a realização do Foro de Participação Cidadã, anualmente e por coordenação da presidência pro tempore;

- a organização de espaços nacionais de coordenação entre o governo e a sociedade civil;
- a escolha de um ponto focal por país, nomeado pela autoridade nacional e encarregado da interlocução entre a sociedade civil, o governo e a UNASUL;
- a elaboração de relatórios anuais, por parte da presidência pro tempore, contendo os avanços nas relações da União com os atores sociais;
- a possibilidade de organizações da sociedade civil formularem recomendações aos Conselhos Setoriais e participarem com direito a voz, quando convidadas, dos diferentes órgãos da UNASUL.<sup>16</sup>

Em agosto de 2014, o I Foro de Participação Cidadã da UNASUL (FPCU) foi realizado em Cochabamba, na Bolívia. Um dos pontos de discussão foi a metodologia de realização do Foro<sup>17</sup>. As organizações da sociedade civil brasileira presentes no Foro emitiram um pronunciamento sobre a necessidade de submeter as resoluções do Foro a um processo de consulta doméstico, para ampliar a representatividade das organizações envolvidas, garantindo maior legitimidade.<sup>18</sup> Em reunião sobre a Participação Social nos Processos de Integração Regional promovida pela Secretaria Geral da Presidência da República, em setembro de 2014, as organizações brasileiras, reforçando a importância da UNASUL e do Foro de Participação, fizeram as seguintes propostas, que deverão servir de encaminhamento para o trabalho junto às demais organizações da América Latina e à presidência pro tempore do Uruguai:

- Votação do Foro deve ser por consenso das comitativas dos doze países;
- O registro das organizações sociais não deve se dar apenas em nível nacional, mas também regional, dentro do próprio foro, para evitar que haja segregação de entidades divergentes de seus governos nacionais;
- O Foro deve ter mais presença de redes regionais (e não só organizações nacionais), que estejam presentes em pelo menos 6 países;
- Criar e reforçar um capítulo nacional;
- Conectar os debates sobre participação na integração regional com os debates sobre democratização da política externa brasileira, com a criação do Conselho de Política Externa.

13 O MSP foi proposto pela Secretaria Geral da Presidência da República (SG/PR) em conjunto com o Ministério das Relações Exteriores (MRE) - durante a presidência pro tempore do Brasil, em 2008. Instituído, no plano interno pelo Decreto n. 6594 de 2008, disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil/03/Ato2007-2010/2008/Decreto/D6594.htm> Acesso em dezembro de 2014.

14 Minuta de Portaria disponível em <http://www.participa.br/integrasul/programa-MERCOSUL-social-e-participativo-pmsp/minuta-de-portaria-para-regulamentar-o-pmsp-em-consulta/minuta-da-portaria-que-regulamenta-o-pmsp> Acesso em dezembro de 2014.

15 <http://www.unasursg.org/node/1> Acesso em dezembro 2014

16 Informação disponível no sítio do IPEA <http://www.ipea.gov.br/participacao/noticiasmidia/participacao-institucional/803-diplomacia-estabelece-diretrizes-para-forum-de-participacao-cidada-da-UNASUL> Acesso em dezembro de 2014.

17 Veja relato do Foro e obs.org.br/FPCU

18 Relatos das reuniões com posição das organizações brasileiras podem ser encontrados no Portal Participa BR na comunidade “Participação Social na América do Sul” disponível em <http://www.participa.br/profile/integrasul>

## Desafios da participação social nos processos de integração

A escala e a relação cada vez mais estreita entre participação social e políticas públicas instigaram, na última década, reflexões que buscam ir além do consenso normativo sobre seu valor democrático, incluindo debates sobre formatos e metodologias, institucionalização e normas, finalidade, efetividade e representatividade.<sup>19</sup>

Guardadas as diferenças, relacionadas fundamentalmente a histórico, composição e propósitos, a experiência do MERCOSUL lança luzes sobre possibilidades para a UNASUL. Nesse sentido, despontam uma série de desafios que devem ser incorporados nas reflexões sobre a participação social nos processos de integração sul-americanos. Entre eles destacam-se

- o déficit de transparência e prestação de contas;
- o baixo nível de implementação das propostas provenientes dos espaços de participação;
- a pouca clareza sobre as responsabilidades de cada órgão e das dinâmicas de tomada de decisão no bloco;
- a representatividade e capacidade inclusiva dos espaços de participação, com reflexos nos processos de convocatória das organizações;
- a construção e o fortalecimento de espaços nacionais;
- a necessidade de maior apoio e preparação para uma participação informada e qualificada.

Saiba mais em [obs.org.br/mercosul](http://obs.org.br/mercosul) e [obs.org.br/unasul](http://obs.org.br/unasul)

## Aconteceu no Brasil e no Mundo

3 de outubro

São Paulo - Brasil

### Debate Relações Brasil-África “Tendências políticas, econômicas e regulatórias”

O debate promovido por ocasião do lançamento do Observatório Brasil e o Sul em São Paulo buscou qualificar interpretações sobre as relações entre o Brasil e o continente africano. Durante o seminário debateu-se sobre a importância de reconhecer as diferentes estratégias brasileiras existentes para com seus parceiros africanos; os múltiplos significados do termo “cooperação Sul-Sul”; a presença de diferentes interesses domésticos no âmbito da cooperação brasileira e a importância do diálogo intercultural no cotidiano das relações internacionais.

Leia o relato e acesse o áudio da atividade em

[obs.org.br/brasil\\_africa](http://obs.org.br/brasil_africa)

6 e 7 de novembro

Brasília - Brasil

### Seminário Internacional “O Sul Agrário”

Promovido pela Universidade de Brasília (Departamento de Sociologia e Laboratório de Sociologia Não-Exemplar), o evento enfocou os desafios da questão agrária no cenário da cooperação Sul-Sul. A mesa “Terra e Questões Agrárias nas relações Sul-Sul” contribuiu com análises sobre a cooperação técnica brasileira com países africanos em agricultura tropical e evidenciou a importância da Sociologia das Organizações para estudos mais aprofundados sobre os projetos. Debateu-se sobre a importância de aproximações entre povos do Sul para a produção de conhecimento, o intercâmbio técnico em matéria de terra e sobre a necessária afirmação da questão agrária como instrumento de inclusão e desenvolvimento dos povos.

Leia mais no OBS em [obs.org.br/agricultura](http://obs.org.br/agricultura)

19 A título de exemplo, o “Seminário de Experiências Democráticas e Mecanismos de Participação Social na América Latina”, ocorrido em Brasília no mês de novembro, reuniu representantes de vários países da América Latina. Durante o evento foram compartilhados o estado da arte do tema e alguns desafios, entre eles: a tensão entre a falta de institucionalização que inviabiliza a participação de facto vis-à-vis à hiper-institucionalização que pode levar a uma burocratização do processo; o desafio da efetividade dos espaços e mecanismos, que devem garantir a representatividade e pluralidade dos interesses assim como conduzir a propostas a serem implementadas; a importância de destinar recursos e facilitar informações transparentes e acessíveis que subsidie a participação; a necessária articulação entre as dinâmicas de participação nos vários níveis (local, regional e global) e o desafio de se criar espaços transversais de participação em detrimento de discussões setoriais ou compartmentadas no bojo das instituições.

15 e 16 de novembro

Brisbane – Austrália

*Cúpula dos líderes do G-20*

O fórum de cooperação econômica global lançou o desafio de elevar o crescimento econômico dos países do G-20 em 2,1% até 2018. O comunicado oficial traz o comprometimento com a criação de empregos de qualidade e com o fortalecimento das instituições globais e da resiliência da economia global. O Plano de Ação de Brisbane lista algumas áreas com potencial impacto no crescimento econômico dos países, tais como a cooperação macroeconômica, a competição para catalisar os investimentos privados, o aumento dos níveis de comércio e o crescimento dos níveis de emprego e da participação das pessoas na economia. A Turquia assumiu a presidência do bloco em 2015 e a China deverá assumir em 2016.

Veja mais em [obs.org.br/G20](http://obs.org.br/G20)

2 de dezembro

Rio de Janeiro – Brasil

*Cooperação brasileira em agricultura e segurança alimentar e nutricional: relações entre Brasil e África*

O projeto “Fortalecendo o papel do Brasil nos espaços internacionais para uma agenda global pelo direito humano à alimentação e a erradicação da fome” é coordenado pelo Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro com apoio da Oxfam. No âmbito do projeto, promoveu-se seminário sobre as relações público-privadas na cooperação brasileira com a África e apresentou-se algumas reflexões sobre a presença do Brasil em Cabo Verde, Angola e Moçambique. Também foram debatidas questões transversais como os desafios da participação social na cooperação internacional e o caráter estruturante da cooperação brasileira em saúde, agricultura e segurança alimentar e nutricional. O projeto de pesquisa tem como objetivos fornecer evidências que possam subsidiar diálogo entre governo e sociedade civil e identificar agendas estratégicas de Segurança Alimentar e Nutricional e Direito Humano à Alimentação em âmbito internacional e regional.

Leia mais sobre o tema em [obs.org.br/SAN](http://obs.org.br/SAN)

1 a 3 de dezembro

Rio de Janeiro – Brasil

*Seminário internacional “Transformações recentes na agricultura internacional e seus reflexos no MERCOSUL”*

O Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro promoveu seminário com a presença de acadêmicos e representantes da sociedade civil latino-americana. Com o objetivo de debater o modelo de desenvolvimento agrário na região, focou-se nos impactos e desdobramentos do crescimento do modelo de agronegócio, sua internacionalização e financeirização, assim como sua relação com a cooperação e os investimentos internacionais.

Leia mais sobre o tema em [obs.org.br/agricultura](http://obs.org.br/agricultura)

18 e 19 de novembro

Brasília - Brasil

*Seminário Internacional “Um Mundo sem Pobreza”*

Com o propósito de debater modelos de gestão, articulação de políticas sociais e estratégias inclusivas de desenvolvimento, o seminário reuniu parceiros da iniciativa Mundo sem Pobreza (WWP - World Without Poverty) como o International Policy Center for Inclusive Growth (IPC-IG/PNUD), o Ministério de Desenvolvimento Social, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência. Nessa ocasião, apresentou-se as reflexões conceituais, teóricas e metodológicas sobre a medição de pobreza, as experiências da África do Sul e do Brasil e refletiu-se, a partir da experiência da ONU com o Relatório de Desenvolvimento Humano, se haveria como estimar algum nível mínimo de bem-estar das populações.

Veja mais em [obs.org.br/mundo\\_sem\\_miséria](http://obs.org.br/mundo_sem_miséria)

1-12 de dezembro

Peru - Lima

*COP 20 sobre Mudanças Climáticas*

A XX Conferência das Partes da Convenção da ONU sobre Mudanças Climáticas aprovou o “Chamado de Lima para a Ação Climática”, base das negociações para a COP 21 de Paris, onde deverá ser firmado um acordo global que substitua o protocolo de Kyoto (2020). No chamado, os países-membro se comprometem a apresentar, em 2015, programas nacionais com metas quantificáveis para conter o aquecimento global. O documento afirma a vontade de alcançar na COP 21 um acordo que esteja em consonância com o princípio de responsabilidades comuns porém diferenciadas, defendida pelos países em desenvolvimento. As organizações da sociedade civil que acompanharam as negociações alertaram para a falta de compromissos concretos sobre ações de mitigação, adaptação e financiamento. Durante a conferência, o Brasil apresentou proposta de “diferenciação concêntrica”, que classifica os países em três categorias (desenvolvidos, emergentes e menos desenvolvidos) e define diferentes níveis de compromissos iniciais.

Leia mais sobre o tema em [obs.org.br/mudancaclimatica](http://obs.org.br/mudancaclimatica)

10 de dezembro

Brasília – Brasil

*Seminário Câmara “Rumos da Política Externa Brasileira”*

O Seminário foi promovido pela Comissão das Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados. Pautou-se, como pano de fundo, as negociações e acordos comerciais no âmbito do Mercosul, com a União Europeia, a Aliança do Pacífico e Israel, e a necessidade de aprofundar o debate público sobre a Política Externa Brasileira. As mesas trataram de discutir o Brasil e a ordem internacional, assim como os novos desafios da Política Externa Brasileira.

Leia mais sobre Política Externa Brasileira em [obs.org.br/peb](http://obs.org.br/peb)

## Publicações Recentes

### Livro

#### *Atlas da política externa brasileira*

**Carlos R. S. Milani. Enara Echart Muñoz. Rubens de S. Duarte. Magno Klein. CLACSO. EDUERJ.**

O primeiro Atlas da Política Externa Brasileira tem como objetivo compartilhar novas leituras da política internacional e da política externa brasileira do ponto de vista econômico, político, social, cultural e ambiental. A partir do uso da cartografia temática, o Atlas traz representações gráficas das dimensões quantitativas e qualitativas de diversos âmbitos de análise, incluindo histórico da política externa, o papel do Brasil como potência emergente, suas relações com a América do Sul e seu engajamento nos fóruns multilaterais, em novas coalizações políticas e na cooperação sul-sul.

### Livro

#### *Conferência Nacional 2003-2013: Uma nova política externa*

**Gilberto Maringoni, Giorgio Schutte e Gonzalo Berrón (organizadores)  
Grupo de Reflexões sobre Relações Internacionais**

O livro registra as palestras e debates que ocorreram durante a conferência homônima realizada em junho de 2013, cujo objetivo foi refletir sobre os avanços e desafios da política internacional brasileira em um contexto marcado pela crise econômica, mudanças nos equilíbrios geopolíticos e enfraquecimento das organizações multilaterais.

### Livro

#### *Desenvolvimento e Cooperação Internacional: relação de poder e política dos Estados*

**Elsa Sousa Kraychete e Carlos R.S. Milani (orgs)  
Editora Universidade Federal da Bahia**

A primeira parte do livro discorre sobre as agendas do desenvolvimento e da cooperação internacional, abordando as principais concepções de desenvolvimento que hoje pautam a cooperação internacional. A segunda parte traz experiências e políticas de cooperação de Estados, incluindo questões relacionadas a educação, meio ambiente e biocombustíveis, gênero, sistema financeiro e cooperação internacional. São abordadas as experiências da Colômbia, México, Brasil, Turquia, Estados Unidos, Argentina e os diálogos interculturais entre o mundo árabe-islâmico e a América Latina.

**Para acessar os enlaces das publicações visite  
[obs.org.br/biblioteca](http://obs.org.br/biblioteca)**

### Artigo

#### *Investimentos Privados e Desenvolvimento Internacional: a experiência do Brasil*

**Manáira Assunção, Geovana Zoccal Gomes e Paulo Esteves  
Brics Policy Center**

A publicação aborda a tendência crescente de associação entre iniciativas de cooperação para o desenvolvimento internacional e investimentos privados. Com base em duas perspectivas, uma que identifica essa relação como incoerente e outra como necessária, os autores analisam o caso das companhias brasileiras na África. Chama a atenção para a importância de adotar mecanismos de controle e modelos de avaliação que consigam evidenciar a intersecção entre ambos os setores.

### Publicação

#### *Biodiplomacia Brasileira na África: o caso dos biocombustíveis*

**John Wilkinson  
Action Aid**

Ao percorrer a história da indústria açucareira no Brasil, incluindo os programas Pró-Álcool, Bioetanol e Biodiesel, o autor analisa o papel dos biocombustíveis como componente fundamental da cooperação brasileira junto a outros países em desenvolvimento, a partir do caso de Moçambique.

### Livro

#### *Repensando a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento*

**André de Mello e Souza (organizador)  
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**

O livro, organizado em três partes, aborda história, atores e estudos de caso sobre a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. A primeira parte discorre sobre a história da cooperação Norte-Sul e Sul-Sul, enquanto a segunda discute o papel de atores como as organizações multilaterais, as instituições bilaterais dos países do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (OCDE) e os atores não governamentais. Finalmente, apresenta estudos de caso que discutem aspectos da cooperação brasileira, chinesa e indiana, assim como em âmbito regional, na América Latina.



**Mario Mottin** é Coordenador-Geral para o Desenvolvimento Sustentável no Ministério das Relações Exteriores. Formado em direito e música pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ingressou na carreira diplomática em 2000. Trabalhou na Missão do Brasil junto à FAO e na Embaixada do Brasil em Bogotá. Sua carreira tem sido majoritariamente dedicada a negociações internacionais nas áreas de meio ambiente e desenvolvimento.

**1) Pode nos relatar brevemente o método de trabalho/discussão, objetivo e instituições participantes do GTI?**

O Grupo de Trabalho Interministerial sobre a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 trabalha para identificar as prioridades e as posições defendidas pelo Brasil nas discussões internacionais sobre a Agenda Pós-2015, como a definição dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e outros processos relacionados. O GTI é presidido pelos Ministros das Relações Exteriores e do Meio Ambiente, e integrado por representantes de 29 órgãos de Governo. Conta também com a participação de organizações da sociedade civil e representantes de entidades municipais por meio de consultas.

**2) Como tem sido esse processo de concertação em torno de um tema que requer a utilização de abordagens multidimensionais e a coordenação de distintas instituições do governo?**

O processo de concertação tem sido orientado pela experiência efetiva do Brasil em políticas públicas para a erradicação da pobreza e a promoção do desenvolvimento sustentável. É um exercício que busca avaliar, nesse sentido, tanto o progresso alcançado no Brasil – em particular à luz dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – quanto os desafios enfrentados aqui e no mundo, a fim de contribuir para a construção de uma Agenda Pós-2015 com ambição e relevância para todos os países e sociedades. A coordenação brasileira para a Agenda Pós-2015 também tem construído sobre a experiência da Comissão Nacional para a Conferência Rio+20, que discutiu, por mais de um ano, questões centrais da posição brasileira para a Rio+20.

**3) Quais foram as principais posições defendidas pelo Brasil para os ODS?**

No contexto do Grupo de Trabalho Aberto da Assembleia Geral sobre ODS (GTA-ODS), o Brasil defendeu uma visão baseada no compromisso alcançado na Conferência Rio+20, de lançar ODS ambiciosos e de alcance global para integrar os esforços para a erradicação da pobreza e da promoção do desenvolvimento sustentável. Atuamos para que as questões econômicas, sociais e ambientais fossem contempladas de forma equilibrada e integrada no conjunto dos ODS e de suas metas. Apresentamos propostas para uma agenda efetiva que possa engajar os Governos e as sociedades tanto em esforços nacionais quanto para a cooperação internacional. Temos defendido que a proposta construída pelos países ao longo do processo do GTA-ODS, e apresentada em julho, constitua a base principal para a definição da Agenda Pós-2015 no processo intergovernamental que dura até setembro de 2015.

**4) Quais são os maiores desafios vislumbrados daqui até setembro de 2015?**

Um grande desafio será assegurar que a Agenda Pós-2015 possa contar com meios para apoiar os países em desenvolvimento, em particular os mais vulneráveis, no cumprimento dos objetivos e metas refletidos nos ODS. Esse debate depende, em grande parte, de outro processo internacional ligado à Agenda Pós-2015: a III Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento, a ser realizada em Adis Abeba, na Etiópia, em julho de 2015. Para o Brasil, os resultados da Conferência de Adis Abeba devem incluir metas claras para os meios de

implementação e formatos para acompanhar o cumprimento por parte dos países desenvolvidos dos seus compromissos com Ajuda Oficial ao Desenvolvimento.

### 5) O que você considera como maior desafio (metas/objetivos) para o Brasil nessa agenda do desenvolvimento global?

O Brasil tem grandes oportunidades e desafios com a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015. No âmbito nacional, os ODS oferecem uma estrutura abrangente para orientar a ação dos Governos federal, estaduais e municipais, bem como iniciativas da sociedade civil, setor privado e movimentos sociais. De um ponto de vista internacional, a Agenda também servirá para aprimorar e fortalecer a atuação brasileira na cooperação Sul-Sul, compartilhando experiências de êxito com outros países em desenvolvimento, principalmente para a erradicação da pobreza e a segurança alimentar.

### 6) Há algum trabalho do GTI que esteja aberto à participação social seguindo a tendência do plano internacional conduzido pela ONU em que houve consultas temáticas, nacionais e virtuais à população?

Além de coordenar as instituições do Governo, o GTI também tem como atribuição reunir contribuições da sociedade civil ao processo de construção da posição brasileira. Foram realizadas diversas atividades tanto de caráter mais amplo quanto setorial, como oficinas, diálogos sociais e consultas on-line. Foram envolvidos representantes de movimentos sociais, ONGs, trabalhadores, setor privado, academia e entidades ligadas aos governos municipais. Ao longo de 2015, essas atividades de consulta e coordenação serão continuadas para apoiar a participação do Brasil no processo intergovernamental para definir a Agenda Pós-2015.

## Entrevista

## Alessandra Nilo



**Alessandra Nilo** é jornalista, coordenadora da ONG Gestos – Soropositividade, Comunicação e Gênero e diretora estadual da Abong em Pernambuco. Ela é membro da Força Tarefa de Alto Nível para Conferência Internacional de População e Desenvolvimento<sup>1</sup> e representa a sociedade civil da América Latina e Caribe no Conselho Diretor do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS), além de ser Secretária Regional da LACCASO - Conselho Latinoamericano e Caribenho de ONG com Serviços em AIDS<sup>2</sup>.

### 1) Como você avalia a participação da sociedade civil no processo de definição da Agenda dos ODS pós-2015 no âmbito da ONU – campanha “Meu Mundo”, consultas nacionais e diálogos temáticos? Você ou sua organização participou de algum desses espaços? Qual foi a impressão?

A Gestos acompanha todos os processos relacionados ao pós-2015 e essa é hoje uma das principais agendas que acompanhamos na ONU. Tenho repetido em muitos espaços que o processo de construção dos ODS tem sido muito mais consultivo e participativo do que foi a construção dos ODM. Temos nos engajado de forma

intensa e monitorado essa agenda, tanto a agenda internacional quanto o processo interno de construção/debate e tensionamento com o governo brasileiro. O foco da Gestos, no entanto, tem sido muito mais no debate intergovernamental e nas sessões temáticas in loco do que nas consultas on-line. No caso da ABONG, além disso, também temos contribuído e participado de diferentes processos de consulta, inclusive realizamos uma consulta nacional no ano passado sobre diferentes temas e também participamos das duas consultas realizadas pela Secretaria Geral da Presidência da República que, segundo o governo, serviu para construir o documento de posição do Brasil para a agenda pós-2015.

1 [www.icpdtaskforce.org](http://www.icpdtaskforce.org)

2 [www.laccaso.net](http://www.laccaso.net)

## 2) E no âmbito nacional? O Brasil foi um dos 88 países em que foram realizadas as consultas nacionais com grupos da população.

Como disse, o foco da Gestos e da ABONG tem sido muito maior no processo de negociação intergovernamental, além de termos acompanhado e contribuído com os debates promovidos pelo Presidente da Assembleia Geral. Acredito que temos feito nossa incidência de forma altamente qualificada, não apenas questionando e problematizando os conteúdos, como também apresentando alternativas concretas às propostas em negociação, oferecendo análises consistentes tanto aos governos aliados quanto aos processos conduzidos pelo Secretariado da ONU. Temos propostas para todas as áreas debatidas e recomendações que, se ouvidas, podem fazer avançar muito a agenda de erradicação das desigualdades.

## 3) Como a sociedade civil brasileira tem se organizado e conduzido as discussões?

Diversas organizações brasileiras (com forte presença da Gestos e da ABONG) acompanharam os debates e tensões do processo, inclusive produzindo insumos para influenciar essa primeira fase de negociação entre os Estados-membros e em articulação direta com o governo que, por sua vez, somente em 2014 instituiu um Grupo de Trabalho Interministerial para acordar posições, mas o diálogo com a sociedade civil ainda é incipiente e carece de canais formais para o debate.

Sobre o estado da arte desse grande debate global sobre “desenvolvimento sustentável”, os ODS são, sem dúvida, uma oportunidade de romper com o mantra, comprovadamente ineficaz, de que crescer economicamente será suficiente para alavancar um outro modelo de desenvolvimento sustentável. Porém, pouco disso parece estar em curso para que seja revertida a atual tendência de manutenção do status quo, o que nos leva sempre a modelos insustentáveis e desiguais. Há, portanto, muito a ser feito até setembro de 2015 para que mudemos essa correlação de forças entre evoluir, estagnar ou retroceder.

## 4) O que a sociedade civil brasileira têm defendido nas negociações domésticas e internacionais no tocante ao desenvolvimento global? Quais são os principais temas?

No caso brasileiro, o desafio que parece ser comum a todas as organizações envolvidas no debate do pós-2015 continua sendo estabelecer canais formais de diálogo com o governo brasileiro para os processos de negociação. Entendemos que, apesar de todos os espaços abertos pelo Secretariado da ONU, essa é uma discussão intergovernamental e que devem ser os governos, portanto, nossos principais interlocutores. Por isso é fundamental ter esse canal de debate formal para que sejamos ouvidas no momento de definição das prioridades do governo brasileiro. Tematicamente as preocupações são muitas, incluindo o debate sobre paz e segurança e liberdade de expressão e proteção da capacidade de organização e participação de organizações da sociedade civil. Nesta segunda fase, insiste-se em que o governo brasileiro defenda a construção de indicadores sobre a participação da sociedade civil, que considere a existência de um marco regulatório favorável ao trabalho das organizações da sociedade civil, assim como a disponibilidade de financiamento público e sustentável para a realização de suas ações em todos os níveis (global e nacionais).<sup>3</sup>

## 5) Quais são os maiores desafios daqui até a setembro de 2015, desde a perspectiva da sociedade civil?

As disputas são intensas e as correlações de forças atualmente na ONU são muito desiguais, com o setor privado jogando um peso enorme do campo das privatizações dos bens públicos sem propor, como contrapartida mecanismos de *accountability* que garanta um retorno a sociedade de serviços de qualidade e acessíveis para todas as pessoas que deles necessitem. Outra das principais preocupações da Abong tem sido a de aumentar o número de organizações brasileiras que acompanham a agenda internacional, uma vez que observamos que este trabalho ainda concentra-se na mão de poucos atores e precisa ser expandido. Atuar em parceria com governos (sempre que possível) e sociedade civil, é fundamental. Desde 2014, nós intensificamos nossos esforços para articular diversas organizações e movimentos nacionais, buscando estabelecer uma atuação conjunta, além de reuniões virtuais e do compartilhamento constante de informações, temos elaborado coletivamente documentos de posição em diferentes estágios das negociações. Com isso, conseguimos criar convergências e potencializar a incidência coletiva aqui no Brasil, respeitando e valorizando a contribuição de outras entidades ao processo.

<sup>3</sup> Informações mais detalhadas estão em “Agenda Pós-2015: a sociedade civil e o futuro que queremos pautar na ONU”, disponível em: <http://www.abong.org.br/final/download/doctrefseminarioODS.pdf> Acesso em janeiro de 2015